



Coordenadoria do Núcleo de Justiça 4.0 atende a OAB-MT e disponibiliza canais de acesso



Reprodução

Carta de Cuiabá sela compromissos prioritários da advocacia mato-grossense



Reprodução

“Mais um encontro extremamente produtivo e fica aqui meu agradecimento a todos pela presença e dedicação. Reafirmo meu compromisso com a advocacia mato-grossense, com a defesa da advocacia do interior do Estado, seguiremos juntos, unidos, trabalhando, fortalecendo nossa classe e nossa instituição, pela qual temos tanto amor”. Assim a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Gisela Cardoso, encerrou o III Colégio de Presidentes e Delegados da OAB-MT, na gestão 2-25/2027. **PÁGINA 8**

Como resultado de trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT) em cima de uma das pautas do Colégio de Presidentes das Subseções da OAB-MT, a coordenadoria do Núcleo de Justiça 4.0 do Juiz de Garantias disponibilizou os canais de acesso ao Núcleo e o quadro identificador das Comarcas que integram cada região bem como os respectivos gabinetes dos juízes. **PÁGINA 12**

CAPITAL DA ADVOCACIA BRASILEIRA : mais de 2 mil advogados(as) presentes na abertura da I Conferência Nacional de Interiorização em Cuiabá



Reprodução

Um passo relevante para a redução de distâncias e para a efetiva valorização de cada trajetória, porquanto toda história tem relevância jurídica e institucional, declarou a anfitriã do evento, Gisela Cardoso, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT). **PÁGINA 6**

CONSTITUCIONAL

Supremo decide que advogados públicos devem ter registro na OAB

O Supremo Tribunal Federal decidiu, por maioria, que é constitucional a exigência de inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o exercício da advocacia pública. O entendimento foi firmado no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 609.517, sob a sistemática da repercussão geral (Tema 936), com aplicação aos casos análogos. **PÁGINA 12**

Desafios invisíveis da mulher advogada

Por muito tempo, falar sobre os desafios da mulher advogada foi tratado como pauta acessória, quase um desvio do debate jurídico “principal”. Hoje, a realidade impõe outro olhar: não se trata de fragilidade, mas de estruturas que, silenciosamente, impactam trajetórias, carreiras e permanência na advocacia. Um tema que não deve ser debatido apenas em março, mas refletido. Não apenas pelas mulheres, também pelos homens, advogados, gerados por mulheres.

Os desafios enfrentados pelas mulheres na profissão raramente aparecem nos processos, nas estatísticas frias ou nos discursos formais. São desafios invisíveis, cotidianos e acumulativos. Estão nas interrupções constantes em reuniões, na necessidade de provar competência repetidas vezes, no questionamento velado da autoridade, na conciliação exaustiva entre vida profissional, maternidade e responsabilidades domésticas que ainda recaem, majoritariamente, sobre as mulheres. Há também a violência simbólica - aquela

que não deixa marcas aparentes, mas desgasta. Comentários desqualificadores, piadas normalizadas, exclusões sutis de espaços de decisão, convites que não chegam. Tudo isso vai minando a confiança, gerando adoecimento emocional e, em muitos casos, levando mulheres a abandonarem ou reduzirem sua atuação na advocacia.

Outro desafio pouco debatido é a solidão profissional. Muitas mulheres advogadas, especialmente as que atuam de forma autônoma ou em ambientes predominantemente masculinos, enfrentam jornadas sem rede de apoio, sem espaços seguros de escuta e sem reconhecimento institucional. A cobrança por resiliência constante transforma o cansaço em silêncio e o silêncio em invisibilidade.

Recentemente, a Ministra Carmem Lúcia, do STF trouxe uma reflexão muito verdadeira. Ela disse: “Matar uma de nós é muito mais fácil. Matar fisicamente, matar moralmente, matar profissionalmente, é muito mais fácil”. Reconhecer esses desafios não significa vitimização. Pelo contrário: é um passo necessá-

rio para amadurecimento institucional. Ouvir a mulher advogada é uma estratégia de fortalecimento da própria advocacia. Instituições que escutam conseguem prevenir conflitos, reduzir adoecimentos, promover ambientes mais justos e reter talentos.

O mês de março, marcado pelo Dia Internacional da Mulher, não deve ser apenas um marco simbólico. É uma oportunidade concreta de ampliar o debate, legitimar vivências e construir políticas que não se limitem à reação, mas avancem na prevenção e no cuidado.

A mulher advogada não busca privilégios. Busca equidade, respeito e condições reais de exercer a profissão com dignidade. Tornar visíveis os desafios invisíveis é reconhecer que a advocacia só se fortalece quando todas e todos conseguem permanecer, crescer e ocupar seus espaços com legitimidade.

Ouvir é o primeiro passo. Fortalecer é a consequência. E transformar é uma responsabilidade coletiva.



JULIANA ZAFINO ISIDORO FERREIRA MENDES

Juliana Zafino Isidoro Ferreira Mendes é advogada e Ouvidora da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT)



GIOVANE SANTIN

e vice-presidente da OAB MT, advogado criminalista, doutor em Ciências Sociais pela Unisinos, mestre e especialista em Ciências Criminais pela PUC/RS e professor da UFMT

Machismo no esporte: quando o jogo não termina após o apito final

As palavras de um jogador de futebol após uma partida ocorrida sábado (dia 21) pelo Campeonato Paulista, foi interpretada por alguns (no masculino) como uma fala de “cabeça quente”, uma “força de expressão decorrente da emoção” ou “frase isolada e infeliz”, mas se trata de um sintoma que revela algo muito mais profundo: o machismo existente não só no esporte, mas em praticamente todas as profissões e espaços de poder e prestígio existentes em nossa sociedade.

Ao dizer que “não adianta colocar mulher para apitar um jogo desse tamanho”, o jogador não fez questionamentos às decisões da árbitra sobre lances ao longo da partida, nem mesmo a respeito da qualidade do seu trabalho.

Está muito além disso. Trata-se de uma referência explícita sobre a legitimidade de uma mulher ocupar aquela posição naquele momento. A sua afirmação é clara: em jogo importante, mulher não serve. Não se trata de futebol, mas de gênero.

É o tipo de fala que ecoa livremente num ambiente que tem demonstrado ser terreno fértil para narrativas preconceituosas de toda espécie (machismo, racismo, homofobia, xenofobia, etc). A questão é que o preconceito em pauta não termina em campo, senão vejamos: quantas mulheres são presidentes de clubes, federações ou entidades esportivas? Quantas mulheres treinam times masculinos em qualquer esporte?

A realidade demonstra que as modalidades esportivas que se apresentam como espaço de força, dedicação e superação, reproduz a falsa percepção de que o lugar da

mulher é acessório e secundário. Essa lógica de desrespeito à legitimidade de uma árbitra em um estádio lotado é a mesma que impede mulheres de serem vistas como autoridade capaz de chefiar empresas, presidir órgãos ou instituições, liderar equipes ou ocupar cargos políticos.

Em reuniões de trabalho não é raro que uma proposta feita por uma mulher só seja levada a sério depois de repetida por um colega homem. Em ambientes acadêmicos, cientistas mulheres ainda enfrentam descrédito, interrupções constantes e questionamentos desproporcionais. Diariamente mulheres são julgadas pela roupa, pelo tom de voz, pelo estado civil ou pela maternidade, enquanto seus colegas homens são avaliados por ideias e projetos. A mensagem é sempre a mesma: o poder tem rosto masculino; às mulheres, reserva-se a desconfiança.

Quando um atleta diz publicamente que não se deve colocar mulher para apitar “jogo grande”, ele reproduz e reforça a existência de um mecanismo de exclusão. Trata-se de uma espécie de autorização simbólica para que se repitam frases com conteúdo machistas que prefiro não citar para não (re)forçá-las através deste texto.

O episódio de sábado passado não pode ser tratado como um mero ato de “infelicidade”, “calor do momento” ou “fato isolado”. Apesar de o pedido de desculpas ser importante é fundamental que venha acompanhado de mudanças concretas de comportamento em todos os espaços - dentro e fora do esporte -.

É preciso superar de uma vez por todas esse olhar reproduzido pela fala (e pelo silêncio também!) de que a presença de mulheres em espaços de poder é uma “concessão”

ou “benefício”, sob pena de qualquer tipo de desacerto ser usado como confirmação de um preconceito antigo que não se cansa de passar vergonha nas bocas daqueles que reproduzem o machismo.

Algumas medidas para enfrentarmos esses (pre)conceitos são de conhecimento público. No esporte, é necessário investir de forma séria na formação, proteção e promoção de árbitras, treinadoras, dirigentes e jornalistas esportivas, garantindo que elas não sejam abandonadas e/ou excluídas diante de ataques misóginos. Nos espaços de poder, é preciso ampliar políticas de igualdade de gênero nas empresas, na política, nas universidades e em todas as esferas, com metas, transparência e responsabilização.

Também penso para além disso: é necessário que homens - especialmente aqueles que ocupam posições de visibilidade - entendam o peso do que dizem. Uma frase dita “de cabeça quente” ou “com força de expressão” em público ou frente às câmeras não desaparece com o final da partida. Ela se espalha, fortalece estereótipos, encoraja ataques e contribui para que portas sejam ou continuem fechadas para mulheres em diferentes áreas.

Quando uma árbitra é deslegitimada por ser mulher, não é apenas o futebol que perde. Perdem também todas as meninas que lutam com responsabilidade, competência e ardor para conquistar seus espaços, seja no campo, na audiência, no laboratório, no parlamento ou na sala de reunião. Combater esse tipo de machismo não é defender apenas uma profissional atacada em uma partida de futebol: é defender o direito de todas as mulheres de ocupar e manter, em igualdade, os espaços de poder da nossa sociedade.

OS ARTIGOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL ADVOGADO MT.

Jornal do
Advogado 24
Tu és da justiça a clava forte!
Anos

EDITORA DRM

CNPJ : 23.825.686/0001-55

Rua 13, QD 23, Casa 01, CPA 3, Setor 5

Cuiabá - MT / CEP: 78058358

Editor chefe
Dermivaldo Rocha
DRT- 528/MT

Diretora
Marina Galle

Comercial
65 9.9935-4699
65 9.9907-6885

Tiragem
3.000 exemplares
Diagramação | AAROMA

www.jornaladvogado.com.br

jornaladvogado@gmail.com

As matérias assinadas não representam necessariamente o pensamento do jornal e são de inteira responsabilidade do autor.

Posse de maconha para uso pessoal não afasta falta grave no âmbito da execução penal

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, que a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 506 – relacionada à descriminalização da posse de maconha para consumo pessoal – não impede o reconhecimento da conduta como falta grave no âmbito da execução penal. Segundo o colegiado, a posse de entorpecente no interior do presídio compromete a disciplina do ambiente carcerário e pode repercutir negativamente no comportamento de outros detentos.

No caso analisado, um preso foi flagrado durante o banho de sol com sete porções de maconha, totalizando 32 gramas. Na origem, o juízo de execução penal havia afastado a falta grave e reclassificado a conduta como falta média, entendimento que foi mantido pelo tribunal local.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) recorreu ao STJ defendendo que

a posse de droga dentro de estabelecimento prisional deve ser tratada como falta grave, nos termos da Lei de Execução Penal (LEP), especialmente dos artigos 50, inciso VI, e 52.

Em decisão monocrática, a ministra Maria Marluce Caldas, relatora, deu provimento ao recurso especial para reconhecer a configuração da falta grave. A defesa interpôs agravo regimental sustentando que a posse para uso próprio deixou de ser crime, o que tornaria incompatível a sanção disciplinar. Argumentou também que não haveria previsão expressa na LEP que enquadrasse, especificamente, a posse de maconha para consumo pessoal como falta grave.

Ao manter o entendimento, a relatora ressaltou que, conforme a jurisprudência do STJ, a caracterização da posse de drogas no presídio como infração grave está relacionada ao regime mais rigoroso da exe-



Reprodução

cução penal, que submete o preso a regras disciplinares próprias do ambiente carcerário, diferentes das aplicáveis fora da unidade prisional.

A ministra destacou ainda que a orientação do STF no Tema 506 não impede a apuração administrativa e disciplinar. Para ela, a verificação de tipicidade penal não se confunde com a análise de violação às normas administrativas no sistema prisional.

Assim, embora a posse de maconha para uso pessoal não configure mais crime, a conduta permanece ilícita sob o enfoque extrapenal, permitindo a aplicação de sanção administrativa por meio de processo disciplinar, diante da apreensão da substância no presídio.

Leia o acórdão no REsp 2.234.146.

Fonte: STJ

Conselheiro do CNJ Ulisses Rabaneda é nomeado para presidência do laboratório que mira erros judiciais

REDAÇÃO JA

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro **Edson Fachin**, nomeou o conselheiro **Ulisses Rabaneda** para a presidência do **Laboratório Justiça Criminal, Reparação e Não Repetição**, criado para atuar na **prevenção de falhas do sistema penal**. A medida busca concentrar esforços na **qualificação de provas** e na **proteção de direitos fundamentais**, em uma iniciativa instituída pela **Resolução nº 659/2025**.

Segundo o CNJ, o Laboratório funcionará como uma espécie de **centro de inteligência**, com atribuições voltadas à formulação de **diretrizes nacionais**, ao aprimoramento da produção probatória e à análise de **casos emblemáticos** decididos pelo **STF**, pelo **STJ** e por organismos internacionais de direitos humanos.

A proposta foi apontada como uma mudança de abordagem pelo ministro do STJ **Sebastião Reis Júnior**, que destacou a compreensão do **erro judicial como questão estrutural**. Em artigo, ele mencionou exemplos de falhas graves no sistema, como o **Caso Evandro**, relacionado a condenações baseadas em confissões **obtidas sob tortura** e sem comprovação válida produzida sob contraditório. Outro apontamento foi o caso da **113 Sul (Marlon)**, em que, de

acordo com a argumentação apresentada, a condenação acabou anulada após anos, por se fundamentar predominantemente em elementos colhidos na fase de investigação sem suporte suficiente na prova judicial.

Rabaneda afirmou que a prioridade será transformar falhas em aprendizado **institucional**, com foco em diretrizes que fortaleçam a produção de provas, reduzam o risco de **condenações injustas** e assegurem a observância de direitos fundamentais. Ele também ressaltou o **caráter colaborativo** do Laboratório, prevendo a participação de magistrados, especialistas e representantes da sociedade civil na construção de soluções voltadas à aplicação no sistema de justiça.

Além da prevenção, a iniciativa inclui um eixo voltado à **reparação de danos** decorrentes de erros judiciais. As medidas propostas vão além de eventual compensação financeira, envolvendo também **reconhecimento institucional** e ações para evitar a repetição das falhas.

O Laboratório também prevê a realização de **oficinas, capacitações e estudos de caso**, com apoio da **Rede de Inovação do Judiciário**, com o objetivo de ampliar eficiência e padronizar práticas processuais.

SAÚDE

Campanha de vacinação contra a gripe da CAA/MT é prorrogada até 30 de maio em Cuiabá

ATENDIMENTO SEGUE NA CLÍNICA SAÚDE LIVRE, COM HORÁRIOS ESTENDIDOS AOS SÁBADOS, DAS 8H ÀS 17H

POR: **FABIANA PRADO**
ASSESSORIA

A Campanha de Vacinação Contra a Gripe promovida pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) e pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT) foi prorrogada em Cuiabá e segue agora até o dia 30 de maio.

A imunização permanece sendo gratuita para advogados(as) e estagiários(as) adimplentes, que têm direito a uma dose. Além disso, cada beneficiário pode adquirir até três doses adicionais para dependentes, no valor de R\$ 79,00 cada.

A vacinação ocorre na Clínica Saúde Livre, localizada no bairro Bosque da Saúde, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30, e aos sábados, das 8h às

17h. A ampliação do prazo busca garantir maior alcance da campanha, permitindo que mais profissionais da advocacia e seus familiares possam se proteger contra o vírus da gripe.

As compras devem ser realizadas no site oficial da CAA/MT. É essencial que os dados cadastrais estejam atualizados junto à Seccional para a efetivação da compra. O pagamento poderá ser feito via cartão de crédito ou Pix diretamente no site.

No momento da aplicação, tanto o(a) advogado(a) ou estagiário(a) quanto seus familiares deverão apresentar um documento original de identificação, além do comprovante de compra da vacina, que será enviado por e-mail após a confirmação e estará disponível no sistema.

GESTÃO PARTICIPATIVA

CAA/MT promove 3º Colégio de Delegados(as) com foco em avanços para a advocacia

ENCONTRO REALIZADO EM CUIABÁ REUNIU REPRESENTANTES DE 28 SUBSEÇÕES PARA DEBATER SAÚDE, BENEFÍCIOS, INOVAÇÃO, FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E MELHORIAS PARA A ADVOCACIA MATO-GROSSENSE

POR: FABIANA PRADO
ASSESSORIA

Representantes da advocacia de diferentes regiões de Mato Grosso estiveram reunidos, nesta quarta-feira (06), em Cuiabá, para mais uma edição do Colégio de Delegados(as) da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT). O encontro, marcado pelo diálogo, pela troca de experiências e pela construção coletiva, reforçou o compromisso da instituição com o fortalecimento da advocacia e a aproximação entre a capital e o interior do Estado.

Realizado pela CAA/MT, o 3º Colégio de Delegados(as) - Gestão 2025-2027 reuniu representantes de 28 Subseções em uma programação voltada ao debate de ações, benefícios e iniciativas institucionais direcionadas ao bem-estar, à valorização profissional e ao fortalecimento da atuação da advocacia mato-grossense.

A diretoria da Caixa de Assistência conduziu o Colégio com a presença do presidente Rodrigo Araújo, da vice-presidente Thaís Brazil, do secretário-geral Alex Onassis, da secretária-adjunta Fabiani Dall Alba, do tesoureiro Vinicius Tanaka, e das diretoras Paula Teibel, Renata Cintra e Roberta de Arruda.

Na abertura do evento, o presidente da CAA/MT, Rodrigo Araújo, destacou a importância do encontro como um momento de avaliação e planejamento da gestão, reforçando o compromisso da instituição com a saúde, o lazer e a qualidade de vida da advocacia.

“Estamos exatamente na metade da gestão e este Colégio representa um marco importante para avaliarmos nossos avanços, corrigirmos rotas e fortalecermos ainda mais nossa atuação. O principal desafio que percebemos hoje está relacionado à saúde mental da advocacia, e nossa missão é justamente cuidar das pessoas, oferecendo suporte, acolhimento e benefícios que impactem positivamente a vida profissional e pessoal dos advogados e advogadas”, afirmou.

Rodrigo também agradeceu o empenho dos delegados e delegadas que participaram do encontro, ressaltando o comprometimento de cada representante com a advocacia em suas regiões.

A vice-presidente da Caixa de Assistência, Thaís Brazil, ressaltou o sentimento de união e pertencimento cons-



Reprodução

truído durante o Colégio, valorizando o trabalho realizado diariamente pelas Subseções em todo o Estado.

“Cada Colégio tem um significado especial, mas este encontro reforça ainda mais o orgulho pelo trabalho que vem sendo desenvolvido. Mesmo diante dos desafios e das limitações, vemos dedicação, criatividade e compromisso em cada Subseção. É um trabalho que transforma vidas e fortalece a advocacia mato-grossense”, destacou.

A presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Gisela Cardoso, destacou que o encontro simboliza a união e a força da advocacia mato-grossense, fortalecendo a atuação conjunta entre capital e interior.

“A advocacia é única e cresce quando trabalhamos juntos, respeitando as características de cada Subseção e construindo avanços coletivamente. Este é um momento importante de fortalecimento institucional e de valorização do trabalho desenvolvido em todas as regiões do Estado”, afirmou.

Durante o Colégio, os participantes debateram pautas estratégicas voltadas ao fortalecimento da advocacia e da atuação das Subseções em Mato Grosso. Entre os temas discutidos estiveram a ampliação do Wellhub para dependentes, a criação de um calendário anual

integrado de eventos, a implantação do projeto institucional “Caixa Presente”, além da possibilidade de criação de lojas da CAA/MT em Subseções do interior e de novos formatos de apoio financeiro para eventos locais.

Também foram debatidas alternativas para a ampliação de convênios e benefícios oferecidos à advocacia, incluindo a busca por novos credenciamentos de planos de saúde, além do fortalecimento das ações voltadas à saúde, ao esporte e ao lazer dos profissionais.

Durante a programação, a vice-presidente da CAA/MT, Thaís Brazil, anunciou uma iniciativa inédita voltada ao fortalecimento da comunicação institucional das delegacias e Subseções, com a entrega de equipamentos e suporte técnico para produção de conteúdos audiovisuais.

“Teremos uma pessoa à disposição para auxiliar na edição dos vídeos e orientar cada delegado e delegada na produção dos conteúdos. Os equipamentos já foram entregues e todos receberão o kit completo, com iluminação, tripés e acessórios. Essa iniciativa busca aproximar ainda mais a comunicação da advocacia em todo o Estado”, explicou.

A programação também contou com a participação do especialista em marketing do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae),

Fernando Holanda, que ministrou uma capacitação sobre convênios e parcerias estratégicas, abordando formas de transformar conexões institucionais em oportunidades de crescimento, posicionamento e fortalecimento da advocacia.

Ao final do encontro, Rodrigo Araújo reforçou o compromisso da diretoria em manter uma gestão próxima, participativa e aberta ao diálogo com os(as) delegados(as) e Subseções.

“Estamos aqui para ouvir, construir soluções e trabalhar juntos. Este Colégio é um espaço de fortalecimento, integração e planejamento. Seguiremos unidos, com dedicação e responsabilidade, buscando resultados cada vez mais positivos para toda a advocacia mato-grossense”, finalizou.

Participaram do Colégio os(as) delegados(as) e representantes: José Augusto, Camila Mendes, Mauro Lemes, Fátima Frasson, Felipe Monteiro, Viviane Souza, Aparecida Scatambuli, Abigailton Júnior, Juliana Sponchiado, Nagilce Xavier, Jessé Candini, Adriano Paulino, Aline Alencar, Paulo Rogério, Francimeyre Passos, Fabrício Picoli, Christian Koyama, Aliciane Lopes, Bruno Ricardo, Clarice Bagnara, Janice Campos, Daiane Cristina, Clair Scheuerman, Vanessa Piccinini, Gabriela Heinsch, Indyara Cavalcante, Larisse Resende e Thaís Campos.

ADVOCACIA UNIDA

CAA/MT participa de momento histórico da advocacia brasileira durante conferência em Cuiabá

INSTITUIÇÃO ACOMPANHOU OS DOIS DIAS DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE INTERIORIZAÇÃO DA ADVOCACIA OFERECENDO ACOLHIMENTO, BEM-ESTAR E INTEGRAÇÃO PARA PARTICIPANTES DE TODO O PAÍS

A advocacia mato-grossense viveu um momento histórico com a realização da I Conferência Nacional de Interiorização da Advocacia, em Cuiabá. Durante dois dias, representantes de diversas regiões do país estiveram reunidos para debater os desafios, avanços e perspectivas da advocacia no interior, fortalecendo o compromisso da Ordem com uma atuação cada vez mais próxima da realidade dos profissionais em todas as regiões do Brasil.

A diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) participou da programação ao lado de delegados(as) da instituição, reforçando o compromisso com o cuidado, a valorização e o fortalecimento da advocacia mato-grossense e brasileira.

Durante os dois dias de conferência, a CAA/MT preparou um espaço especial de acolhimento e bem-estar para os participantes, oferecendo experiências e serviços voltados ao cuidado da advocacia. Entre os atendimentos disponibilizados estiveram áreas como sala de descanso, massagem, espaço de hidratação, descanso dos pés, retoque de maquiagem, retoque de penteado, flipperama, espelho de fotos, lustrador de sapatos, vacinação tetravalente contra a gripe e uma loja exclusiva da Caixa de Assistência. Cerca de 90% dos participantes usufruíram dos serviços oferecidos pela instituição ao longo do evento.

O presidente da CAA/MT, Rodrigo Araújo, destacou a importância da participação da instituição em um evento que

entrou para a história da advocacia brasileira.

“Foi uma conferência histórica para Mato Grosso e para toda a advocacia brasileira. A CAA/MT participou desse momento oferecendo acolhimento, cuidado e experiências pensadas especialmente para os colegas que estiveram em Cuiabá. Mais do que acompanhar os debates, nossa missão também foi proporcionar conforto, integração e valorização para a advocacia”, afirmou.

A presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Gisela Cardoso, ressaltou que a interiorização representa união e fortalecimento da advocacia brasileira.

“A interiorização significa, sobretudo, união e fortalecimento. Sempre acreditamos que a advocacia é una. Quando cuidamos das características da advocacia do in-



Reprodução

terior, estamos aproximando profissionais e criando condições mais igualitárias para todos. Hoje, o coração da advocacia brasileira bate forte em Mato Grosso”, declarou.

Já o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, destacou a importância de ouvir e valorizar a advocacia que atua longe dos grandes centros.

“O coração da advocacia brasileira não bate apenas nas capitais, ele bate

forte no interior. A advocacia do interior não pede privilégios, pede respeito, presença e reconhecimento. Interiorizar é reconhecer pessoas e garantir que nenhum advogado ou advogada se sinta sozinho”, afirmou.

A programação reuniu autoridades, representantes do Sistema OAB e importantes nomes do cenário jurídico nacional em debates sobre acesso à Justiça, fortalecimento institucional, valorização profissional e os desafios enfrentados pela advocacia no interior do país.

A conferência foi realizada pela OAB Nacional em parceria com a OAB-MT e integrou as ações do movimento que estabelece 2026 como o “Ano da Interiorização da Advocacia”, iniciativa voltada ao fortalecimento da advocacia em todas as regiões do Brasil.

Por: Fabiana Prado- Assessoria

INÍCIO PROFISSIONAL

CAA/MT recebe novos profissionais durante solenidade de entrega de carteiras da OAB-MT

DIRETORIA APRESENTOU SERVIÇOS, BENEFÍCIOS E INICIATIVAS VOLTADAS AO FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA DESDE O INÍCIO DA CARREIRA

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) participou, neste (12/5), da solenidade de entrega de carteiras promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso, em Cuiabá. O evento marcou o início da trajetória profissional de novos advogados(as) e estagiários(as), que foram recepcionados pela diretoria da instituição com acolhimento, orientação e a apresentação dos principais benefícios disponibilizados à advocacia mato-grossense.

Participaram da cerimônia o presidente da CAA/MT, Rodrigo Araújo, o tesoureiro Vinicius Tanaka e a diretora Roberta Arruda, que deram as boas-vindas aos novos profissionais e destacaram a importância da participação ativa na Ordem e nas iniciativas da classe.

Durante o evento, a Caixa de Assistência também apresentou uma série de ferramentas e serviços voltados ao suporte profissional, bem-estar e desenvolvimento da categoria. Entre os benefícios oferecidos aos novos inscritos estão a entrega do token de certificação digital, indispensável para o exercício da profissão, além da disponibilização gratuita do certificado digital, permitindo que os profissionais iniciem a atuação com acesso imediato às ferramentas necessárias para posicionamento e atendimento jurídico.

Outro destaque foi o programa Retrato Jurídico, iniciativa que ofereceu ensaios fotográficos profissionais aos novos integrantes da advocacia, visando fortalecer a construção da identidade visual desde o início da carreira. A proposta integra tecnologia, imagem institucional e valorização da advocacia jovem.

Em seu discurso, o presidente da CAA/MT, Rodrigo Araújo, reforçou a relevância do momento vivido pelos novos profissionais e reforçou o papel transformador da advocacia.

“Este é um dos momentos mais importantes da vida profissional de vocês. É a partir da advocacia que muitos construirão sua trajetória, sustentarão suas famílias, ajudarão pessoas e realizarão sonhos. Tenho 20 anos de advocacia e foi através dela que construí minha história. Espero que cada um de vocês desenvolva esse mesmo amor pela profissão”, afirmou.

Rodrigo também ressaltou que a Caixa de Assistência atua para garantir estrutura e acolhimento desde o primeiro dia de exercício profissional.

“Vocês já saem daqui com ferramentas fundamentais para começar a trabalhar. Além do token e do certificado digital, terão acesso a plataformas voltadas à saúde física e mental, vacinação gratuita, espaços compartilhados de trabalho e inúmeros convênios



Reprodução

pensados para apoiar a advocacia em todas as fases da carreira”, destacou.

O presidente ainda incentivou a participação dos novos profissionais nas atividades institucionais da Ordem e da CAA/MT.

“Participem da OAB, das comissões, dos eventos, dos campeonatos e das conferências. Uma advocacia forte se constrói com união e participação ativa. Aqui é um espaço de crescimento, troca de experiências, fortalecimento profissional e construção de oportunidades”, completou.

Encerrando a recepção, a Caixa de Assistência promoveu um happy hour no espaço Meu Escritório, localizado ao lado do Fórum de Cuiabá. O encontro reuniu novos profissionais, familiares e membros da advocacia em um momento de integração, confraternização e acolhimento, com música ao vivo e celebração pelo início da nova etapa profissional.

Por: Fabiana Prado-Assessoria

CAPITAL DA ADVOCACIA BRASILEIRA na abertura da I Conferência Nacional de Interiorização

REDAÇÃO JA

Um passo relevante para a redução de distâncias e para a efetiva valorização de cada trajetória, porquanto toda história tem relevância jurídica e institucional, declarou a anfitriã do evento, Gisela Cardoso, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT).

A Conferência, com inscrições esgotadas—totalizando 2.000 (dois mil) participantes—reuniu a advocacia de todo o território nacional, em verdadeiro protagonismo, com o propósito de reconhecer a força e a resistência de quem exerce a profissão fora dos grandes centros urbanos e, sobretudo, promover discussões conjuntas voltadas à construção de soluções para desafios enfrentados cotidianamente.

Em seu pronunciamento, Gisela Cardoso acolheu os presentes, que percorreram longas distâncias, por terra e por via aérea, em consonância com a finalidade do projeto. Assinalou, ainda, que o país conta com mais de 1,3 milhão (um milhão e trezentos mil) de advogados, destacando que mais de 56% atuam no interior, o que evidencia que



“a alma da profissão” não se concentra apenas nos centros urbanos, mas se manifesta na resiliência do(a) advogado(a) que, muitas vezes, figura como guardião(a) das garantias constitucionais. Ressaltou, desse modo, a participação da advocacia das 29 Subseções do estado, denominado “deste estado continental”, na Conferência. Concluiu afirmando que “ad-

vocacia forte, íntegra e unida” somente se concretiza com o interior devidamente respeitado e fortalecido.

O Coordenador Nacional da Interiorização do CFOAB, Nivaldo Barbosa Jr., consignou que a palavra-chave da celebração é pertencimento. Segundo ele, “é na Subseção”, no âmbito da advocacia do interior, “que tudo se inicia”.

Na etapa de abertura,

Fotos: Raul Spinassé - Fernando Rodrigues - Arthur Arcanjo



Nivaldo Barbosa Jr. e o Presidente da OAB Nacional, Beto Simonetti, firmaram o Plano Nacional de Interiorização, com eixos prioritários voltados à valorização da advocacia e à defesa das prerrogativas profissionais. Na ocasião, Simonetti recebeu, das mãos do Coordenador de Interiorização da OAB-MT, Eduardo Chagas, documento contendo sugestões e levantamento colhidos pela Seccional durante os Encontros Regionais Preparatórios

para a Conferência.

“A interiorização se mensura pelas estruturas que permanecem, pelos cursos que alcançam novas localidades e pelos espaços que se abrem; revela-se, sobretudo, no modo como a Ordem observa e reconhece a advocacia que vem de longe”, afirmou o Presidente Beto Simonetti.

A Presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, por sua vez, fez questão de registrar e agradecer o trabalho e a dedicação de diretores e membros



A : mais de 2 mil advogados(as) presentes ional de Interiorização em Cuiabá



de todos os órgãos do Sistema OAB-MT. Ressaltou que as comissões constituem “o pulmão” da Seccional e enfatizou a presença e a atuação de todos em cada Subseção. Ao dirigir-se aos participantes, mencionou os diretores da Seccional e destacou os Presidentes das 29 Subseções, consignando: “Vocês que estão na ponta, que recebem diretamente as demandas da advocacia, viabilizam que a OAB continue atuando e entregando à advocacia aquilo

de que necessita – recebam nosso reconhecimento e nosso agradecimento público”.

Durante a abertura da Conferência, ainda foi realizado um ato de desagravo em favor da advogada Áricka Cunha, de Cocalzinho (GO), que foi presa em 15 de abril, no interior de seu escritório, após publicar críticas em redes sociais acerca do arquivamento de ocorrência policial por ela registrada.

A programação noturna foi concluída com a palestra de abertura conduzida por Jakson Follman, ex-goleiro e um dos sobreviventes do

acidente aéreo envolvendo a Chapecoense.

Além do Presidente e demais dirigentes da OAB Nacional e da OAB-MT—Giovane Santin (Vice-Presidente), Josemar Carmerino (Secretário-Geral), Aline Luciana (Secretária-Geral Adjunta) e Max Ferreira Mendes (Diretor-Tesoureiro)—a solenidade contou com a presença de Presidentes de Seccionais, conselheiros federais e estaduais, bem como autoridades e representantes do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, em âmbito local e nacional.

CUIDADO E BEM-ESTAR

CAA/MT promove ação especial em homenagem ao Dia das Mães com sessões de massagem

AÇÃO SERÁ REALIZADA ENTRE OS DIAS 25 E 30 DE MAIO, NO CENTRO DE SERVIÇOS OAB-MT/CAA/MT, COM ATENDIMENTOS VOLTADOS AO CUIDADO E BEM-ESTAR DA ADVOCACIA MATO-GROSSENSE

Em celebração ao Dia das Mães, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realiza, entre os dias 25 e 30 de maio, uma ação especial voltada ao cuidado e bem-estar da advocacia mato-grossense. A programação será realizada das 8h às 17h, no Centro de Serviços OAB-MT/CAA/MT, localizado na Avenida Aclimação, 701, no bairro Bosque da Saúde, em Cuiabá.

Durante a ação, serão oferecidas sessões de 30 minutos com opções de massagem corporal relaxante, massagem corporal relaxante com velas e spa dos pés com ervas, flores e óleos. Os atendimentos serão realizados mediante agendamento prévio pelo WhatsApp (65) 99907-6235

O presidente da CAA/MT, Rodrigo Araújo, destaca que a iniciativa busca proporcionar momentos de



Reprodução

acolhimento e valorização às mães da advocacia. “Essa é uma forma de reconhecer e homenagear todas as mães que conciliam a rotina da advocacia com tantas outras responsabilidades

do dia a dia. Pensamos em uma ação voltada ao cuidado, ao bem-estar e à valorização dessas mulheres que exercem papéis tão importantes na sociedade”, afirmou.

Carta de Cuiabá sela compromissos prioritários da advocacia mato-grossense

“Mais um encontro extremamente produtivo e fica aqui meu agradecimento a todos pela presença e dedicação. Reafirmo meu compromisso com a advocacia mato-grossense, com a defesa da advocacia do interior do Estado, seguiremos juntos, unidos, trabalhando, fortalecendo nossa classe e nossa instituição, pela qual temos tanto amor”. Assim a presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Gisela Cardoso, encerrou o III Colégio de Presidentes e Delegados da OAB-MT, na gestão 2-25/2027.

O evento reuniu em Cuiabá, neste (6/5), na sede da ESA-MT, a diretoria da Seccional e presidentes de todas as 29 Subseções no Estado, para, em conjunto, buscar soluções para desafios enfrentados pela classe no dia a dia.

Na carta final do encontro, destaca-se a intenção da advocacia mato-grossense em continuar atuando de forma intransigente pela defesa das prerrogativas, buscar melhorias junto ao Judiciário, e seguir contribuindo com o combate ao golpe do falso advogado, que se tornou um problema nacional de Segurança Pública.

CONFIRA A PAUTA COMPLETA AQUI

O evento contou com o desembargador Mário Kono e a presidente da Comissão do Agronegócio da OAB-MT, Samantha Gahyva, que trataram sobre a implantação do Cejusc Agro no âmbito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT).

Marcaram presença o coordenador nacional de Interiorização da Advocacia do CFOAB, Nivaldo Barbosa Jr, e demais advogados e advogadas à Capital mato-grossense para a I Conferência Nacional de Interiorização da Advocacia.

Participaram do Colégio com a presidente Gisela Cardoso, o vice-presidente Giovane Santin, o secretário geral Josemar Carmerino, o diretor-tesoureiro, Max Ferreira Mendes, o presidente da ESA-MT, Bruno Casagrande, a vice-presidente do TED, Gabriela Correia, o procurador geral Helmut Daltro, o presidente do TDP, Pedro Neto, a procuradora de Defesa das Prerrogativas, Angeliza Neiverth, o coordenador de Interiorização, Eduardo Chagas, conselheiros federais e seccionais e os presidentes e representantes das 29 Subseções da OAB-MT.

Assessoria de Imprensa OAB-MT

STJ admitiu, roubo contra motorista de aplicativo em serviço merece aumento de pena

REDAÇÃO JA

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) admitiu a **valoração negativa da culpabilidade** para **eleva a pena-base** em um caso de roubo praticado contra motorista de aplicativo no exercício da atividade profissional. Segundo o colegiado, o fato de o réu ter agido **ciente** de que a vítima estava trabalhando no momento do crime revela maior reprovabilidade da conduta e justifica o aumento.

De acordo com os autos, a vítima estava com o veículo parado na via pública, à noite, com os vidros abertos, aguardando chamadas, quando foi abordada por um homem armado. Mesmo após a motorista informar que era condutora de aplicativo e que estava trabalhando, o assaltante mandou que ela saísse e fugiu com o carro.

A condenação foi fixada em primeira instância, com pena superior a 12 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pelos crimes de roubo majorado e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, em concurso material. O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) manteve tanto a condenação quanto a dosimetria, incluindo a avaliação nega-

tiva da culpabilidade.

No recurso ao STJ, a defesa sustentou que a valoração não teria fundamentação adequada, por se basear em elementos genéricos, que seriam inerentes ao próprio tipo penal. Alegou ainda que a abordagem teria ocorrido de forma aleatória e que o fato de o crime ter sido cometido durante a noite não justificaria o agravamento da pena.

Ao analisar o caso, o relator, ministro Sebastião Reis Júnior, afirmou que a jurisprudência do STJ permite a negatização da culpabilidade quando as circunstâncias do delito evidenciam reprovabilidade acima do padrão comum, **com base em elementos concretos** distintos daqueles próprios do tipo penal.

O ministro destacou que o réu, sabendo que a vítima buscava sustento na atividade de motorista de aplicativo, optou por consumir o crime ao explorar essa **vulnerabilidade** relacionada à profissão. Conforme o entendimento da Turma, a exasperação da pena-base não decorreu do período noturno em si, mas do **aproveitamento consciente** da situação de trabalho da vítima.

Leia o acórdão no REsp 2.245.209.

MT.GOV.BR govmatogrosso

ACREDITE.

Não foi só um
empurrão,
foi agressão.

Não ignore.
Se percebeu
a violência,
denuncie.

DISQUE 180
TOLERÂNCIA ZERO
NO COMBATE À VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER



**Governo de
Mato
Grosso**

ESA Nacional reúne dirigentes de todo o país em Cuiabá para debater inovação e formação da advocacia



Foto: Raul Spinasse / Novo Seto

Com foco na gestão da educação jurídica, na produção de conhecimento e nos desafios da advocacia contemporânea, a Escola Superior de Advocacia Nacional (ESA Nacional) realizou, neste (7/5), em Cuiabá (MT), o 37º Encontro Nacional de Dirigentes de Escolas Superiores de Advocacia.

Promovida durante a programação da 1ª Conferência Nacional de Interiorização da Advocacia, a iniciativa reuniu representantes das ESAs de todo o país para alinhar diretrizes institucionais, compartilhar experiências e fortalecer a OAB Nacional e CNJ definem agenda conjunta para regulamentação e uso ético da inteligência artificial no Judiciário papel estratégico da formação continuada no Sistema OAB. O evento foi conduzido pelo diretor-geral da ESA, Gedeon Pitaluga, e pelo vice-diretor geral, Vinícius Lemos.

Fazendo menção ao estado de desconhecimento jurídico no Brasil, Pitaluga destacou o papel crucial das Escolas Superiores de Advocacia na formação e instrução dos advogados. “Estamos vivendo um verdadeiro estado de desconhecimento jurídico, sistêmico e epidêmico. E esse estado de desconhecimento nos impõe um grande desafio às escolas superiores da advocacia”, ponderou, dizendo que atualmente os grandes desafios da classe estão postos à formação e instrução da advocacia brasileira.

O diretor-geral ressaltou a importância da integração entre as Escolas Superiores de Advocacia e os presidentes das seccionais da OAB como medida essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da profissão, especialmente diante do avanço da intelligen-

cia artificial. Segundo ele, cabe ao Sistema OAB atuar de forma estratégica na construção de diretrizes, na regulamentação e na orientação do uso responsável dessas ferramentas, preparando a advocacia para uma realidade já consolidada no mercado jurídico e no Judiciário. “A integração é imprescindível não apenas para os eventos institucionais, mas para a própria valorização e sobrevivência da advocacia. A inteligência artificial é uma realidade que não pode ser negada. Cabe a nós construir o futuro, enfrentar esse cenário, regulamentar, orientar e conscientizar sobre o seu uso. O Sistema OAB precisa estar preparado para contribuir com essa construção, exercendo o papel fundamental que lhe cabe”, disse Lemos.

MOMENTO HISTÓRICO

Gedeon Pitaluga celebrou a realização da 1ª Conferência Nacional de Interiorização da Advocacia e enfatizou o caráter transformador da iniciativa, apontada como uma das principais bandeiras da atual gestão do Conselho Federal da OAB. Segundo ele, a Conferência representa um marco para o fortalecimento da advocacia em todo o país e deixa um legado permanente de valorização e aproximação institucional com a advocacia do interior. “Isso é irreversível, importante e um grande legado que está sendo deixado por essa iniciativa”, disse.

Anfitriã dos eventos, a presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, ressaltou a importância da educação continuada e da qualificação permanente para o fortalecimento da advocacia e do próprio sistema de Justiça. “A qualificação trans-

forma as pessoas e melhora, inclusive, o sistema de Justiça. A qualificação permanente é mais do que necessária”, apontou. Ao abordar a realização da 1ª Conferência Nacional de Interiorização da Advocacia, ela afirmou que a iniciativa representa a concretização de um dos principais objetivos da gestão, voltado à valorização da advocacia em todas as regiões do país. “Nós não acreditamos em advocacia de interior e advocacia de capital; acreditamos em uma advocacia única e unida. Mas reconhecemos que existem diferenças entre a realidade vivida pelos profissionais do interior e da capital. Quando falamos em interiorização, nosso objetivo é diminuir essas distâncias, não apenas geográficas, mas também aquelas presentes no cotidiano do exercício profissional”, pontuou.

Por fim, Gisela Cardoso enalteceu a atuação do diretor-geral da ESA Nacional, Gedeon Pitaluga, destacando sua contribuição para as Escolas Superiores de Advocacia em todo o país. Segundo ela, o trabalho desenvolvido pela ESA Nacional tem sido fundamental para ampliar o acesso da advocacia à formação de qualidade, à atualização profissional e à democratização do ensino jurídico. “Preciso destacar a sua participação enquanto diretor-geral da ESA Nacional, o quanto ela tem sido importante para avançarmos, juntamente com as demais ESAs, nessa pauta de levar qualificação de qualidade, ensino e acesso à educação e à atualização para a advocacia mato-grossense e brasileira”, afirmou.

Por sua vez, o diretor-geral da ESA-MT, Bruno Casagrande, destacou a relevância da

interiorização da advocacia, especialmente no campo da educação jurídica e da qualificação profissional. Ao receber os dirigentes das Escolas Superiores de Advocacia no estado, ele frisou o simbolismo da realização da Conferência Nacional de Interiorização em Mato Grosso e defendeu o fortalecimento das escolas nos municípios do interior, por meio da atuação integrada dos polos regionais. “Essa iniciativa representa muito para o nosso estado e reforça a importância de pensarmos no interior, em como podemos construir e fortalecer as nossas ESAs nos municípios, com o apoio dos polos regionais”, disse.

Prestigiando o encontro das ESAs, o coordenador nacional de Interiorização da Advocacia, Nivaldo Barbosa, destacou a necessidade de resgatar a tradição da advocacia e fortalecer a formação humanística da classe. Segundo ele, a advocacia precisa voltar a estudar, revisar conceitos filosóficos e compreender as transformações da sociedade contemporânea. “O Direito brasileiro hoje entrega o que a sociedade precisa? Eu acho que não há essa entrega. E a OAB precisa capitanear esse movimento”, afirmou. Para o dirigente, ao mesmo tempo em que é necessário enfrentar os debates sobre tecnologia e inovação, também é fundamental repensar o papel do Direito na sociedade brasileira – missão que, segundo ele, encontra nas Escolas Superiores de Advocacia as principais protagonistas, em razão do compromisso institucional e educacional das ESAs.

PROPOSTAS E DEBATES

Durante o evento, os dirigentes das Escolas Superiores de Advocacia discutiram projetos desenvolvidos nas seccionais e estratégias voltadas à ampliação da oferta de cursos, seminários e atividades de educação jurídica continuada, com foco na qualificação permanente da advocacia e no fortalecimento institucional das ESAs em todo o país.

Entre as propostas debatidas no encontro esteve a criação de um grupo de trabalho voltado à integração das Escolas de Prerrogativas às ESAs nos estados. A iniciativa busca promover uma atuação coordenada entre as escolas,

com compartilhamento de experiências, casos de sucesso e conteúdos voltados à defesa das prerrogativas da advocacia, incluindo modelos de digitalização e disponibilização de cursos. Ao tratar do tema, o diretor-geral da ESA Nacional ressaltou que a proposta da Escola Nacional de Prerrogativas é fortalecer o diálogo e a integração com as seccionais, tendo como referência experiências já consolidadas em estados como São Paulo e Minas Gerais. “A união e a contribuição de todos são essenciais para a formação dos advogados”, afirmou Gedeon Pitaluga.

Outra pauta debatida durante o encontro foi a conexão entre a jovem advocacia e a advocacia sênior, por meio da promoção de oficinas temáticas organizadas por áreas de atuação. A iniciativa prevê tanto a troca de experiências profissionais quanto a realização de oficinas voltadas a estratégias digitais, permitindo que a jovem advocacia compartilhe conhecimentos sobre inovação, tecnologia e comunicação com profissionais mais experientes, estimulando a integração geracional e o aperfeiçoamento da prática profissional.

Na ocasião, foi anunciado o lançamento do curso “Maratona de Oratória”. Idealizado para aprimorar a capacidade de comunicação e persuasão na advocacia, a capacitação abordará desde a postura em reuniões até a sustentação oral, com foco na escuta ativa e na persuasão.

Por sediar o evento, a OAB-MT foi representada, ainda, por outras lideranças da advocacia mato-grossense, entre elas o diretor-tesoureiro da OAB-MT, Max Ferreira Mendes; o conselheiro federal por Mato Grosso Breno Miranda; o vice-presidente da ESA-MT, Rodrigo Bressane; o secretário-geral da ESA-MT, Ronaldo Bezerra; e o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAAMT), Rodrigo Araújo.

Também prestigiaram o encontro o presidente da OAB-PA, Sávio Barreto; o presidente da OAB-RS, Leonardo Lamachia; a vice-presidente da OAB-SP, Daniela Marchi Magalhães; e a presidente da Associação de Advogados (AASP), Paula Hyppolito.

Advogado Eduardo Calmon de Almeida César toma posse no TRE-MT

REDAÇÃO JA

O Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso, Giovane Santin, atuou na qualidade de representante da Presidente Gisela Cardoso na sessão solene de posse do Magistrado Eduardo Calmon de Almeida César como Juiz-Membro Titular do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), na categoria Juiz Estadual, realizada neste (18/5), em Cuiabá.

Em sua manifestação, Santin ressaltou a relevância da atuação da Justiça Eleitoral no fortalecimento do Estado Democrático de Direito, formulando votos de pleno êxito ao empossado.

“Desejo sucesso e sorte nessa missão de garantir segurança jurídica e defender de forma intransigente a democracia do país”, asseverou.

Participaram do ato, na representação institucional da OAB-MT, o Diretor Tesoureiro Max Ferreira Mendes, o Procurador-Geral Helmut Daltro, o Presidente da CAAMT, Rodrigo Araújo, a Ouvidora da Mulher Juliana Zafino e os Conselheiros Seccionais Douglas Ibarra e José do Patrocínio.



Reprodução

Lei Complementar traz mais eficiência e segurança para o setor de base florestal

O setor produtivo de base florestal passa a contar com uma legislação mais moderna e eficiente com a publicação da Lei Complementar nº 843/2026, publicada no Diário Oficial n4este (14/5). Para o Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso (Cipem) a norma aprimora os procedimentos de inspeção e verificação de conformidade no âmbito da fiscalização e controle da comercialização e do transporte de produtos de origem florestal em Mato Grosso.

A nova legislação representa um avanço significativo para

o fortalecimento da segurança jurídica, da transparência e da efetividade das ações de fiscalização no estado, ao estabelecer critérios mais claros e objetivos para a inspeção de cargas de produtos florestais, especialmente no transporte interestadual.

Entre os principais pontos da norma está a adoção de fiscalização por amostragem, baseada em critérios de risco e inteligência fiscalizatória, permitindo que as ações sejam direcionadas prioritariamente a operações com indícios objetivos de irregularidades. A legislação também prevê a elaboração de laudo oficial em

casos de divergências relevantes e determina que situações relacionadas à divergência de espécies científicas sejam submetidas a procedimento administrativo de averiguação, garantindo maior rigor técnico e transparência nos processos.

Para o presidente do Cipem, Gleisson Tagliari, o novo marco legal representa um importante equilíbrio entre controle ambiental e desenvolvimento sustentável.

“A Lei Complementar 843/2026 representa um avanço importante para o setor de base florestal, pois fortalece os mecanismos de controle e fiscalização sem

comprometer o desenvolvimento sustentável da atividade. A nova legislação traz mais previsibilidade às operações, segurança jurídica para quem trabalha dentro da legalidade e contribui para valorizar a produção florestal sustentável de Mato Grosso”, destaca.

O Cipem resalta que a modernização da legislação era uma demanda importante do setor produtivo, especialmente diante da necessidade de tornar os processos mais eficientes, técnicos e alinhados à realidade operacional das indústrias de base florestal. A entidade também reforça que o manejo florestal sustentável

é uma das atividades mais monitoradas e fiscalizadas do país, desempenhando papel estratégico na conservação das florestas, na geração de empregos e no desenvolvimento econômico regional.

O setor de base florestal é atualmente uma das principais cadeias produtivas de Mato Grosso, reunindo mais de 1,3 mil estabelecimentos, gerando mais de 10 mil empregos diretos e contribuindo diretamente para a manutenção de mais de 5 milhões de hectares de áreas sob manejo florestal sustentável no estado.

Fonte: Comunicação
Cipem-MT



48
Anos



“Livros não mudam o mundo, quem muda o mundo são as pessoas. Os livros só mudam as pessoas.”
Mário Quintana

 AV. PRES. GETÚLIO VARGAS, 15
CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT
 65 3622-1234
 65 3622-1234
 SHOPPING VÁRZEA GRANDE
 65 65 99213-8661

Coordenadoria do Núcleo de Justiça 4.0 atende a OAB-MT e disponibiliza canais de acesso



Reprodução

Como resultado de trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT) em cima de uma das pautas do Colégio de Presidentes das Subseções da OAB-MT, a coordenadoria do Núcleo de Justiça 4.0 do Juiz de Garantias disponibilizou os canais de acesso ao Núcleo e o quadro identificador das Comarcas que integram cada região bem como os respectivos gabinetes dos juízes.

“Uma das reclamações que a advocacia faz de forma constante é a dificuldade de comunicação e de conseguir informações. Conversamos sobre isso e conseguimos, de início, que fossem disponibilizados os números e e-mails de contato, a fim de que os advogados tenham acesso de forma mais ágil aos gabinetes de cada um dos juízes”, explicou Gisela Cardoso, presidente da OAB-MT, após participar de reunião com a juíza Laura Dorileo Cândido, coordenadora do Núcleo de Justiça 4.0 do Juízo das Garantias no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e o juiz auxiliar da Corre-

gedoria Geral de Justiça João Filho de Almeida Portela.

O vice-presidente da OAB-MT, Giovane Santin, disse, durante a reunião, que, além da falta de informações, as longas esperas durante a realização de audiências de custódia têm incomodado a advocacia de todo o estado. “São problemas que podem ser resolvidos de forma simples pelos gabinetes, é tudo uma questão de aprimorar a comunicação”, pontuou.

A Seccional recebe dezenas de reclamações relacionadas ao Núcleo de Justiça 4.0 do Juiz de Garantias, faz um filtro detalhado caso a caso e então avalia a necessidade de uma intervenção da procuradoria, como impetrar um mandado de segurança. “Não estamos reclamando em cima de qualquer insatisfação, tudo é avaliado antes da OAB-MT apresentar uma reclamação ou decidir pelo pedido de um mandado de segurança”, disse o procurador-geral da OAB-MT, Helmut Daltro.

“Queremos dar agilidade, resolver. Também é do nosso in-

teresse fazer com que o sistema funcione e que o serviço seja prestado de forma a atender todas as partes. Vamos conversar com os demais juízes para melhorarmos a comunicação e a disponibilidade de informações, queremos que as soluções sejam rápidas”, garantiu a juíza Laura Dorileo Cândido, coordenadora do Núcleo de Justiça 4.0 do Juiz de Garantias.

A coordenadoria ainda solicitou que os advogados que informem o número telefônico, e-mail e endereço profissional em seus pedidos de habilitação, “para que seja possível contatá-los, caso necessário, e realizar a devida vinculação ao processo”.

CONFIRA AQUI OS CANAIS DE ACESSO AO NÚCLEO E OS RESPECTIVOS GABINETES:

Regional I

Polo Cuiabá

Gabinete 1

Telefone: (65) 3648-6120

E-mail: juizdegarantias.gab1@tjmt.jus.br

WhatsApp: (65) 3648-6120 ou (65) 9278-8146

Gabinete 2

Telefone: (65) 99688-9627

E-mail: juizdegarantias.gab2@tjmt.jus.br

WhatsApp: (65) 3648-6120 ou (65) 9278-8146

Gabinete 3

Telefone: (65) 3648-6120

E-mail: juizdegarantias.gab3@tjmt.jus.br

WhatsApp: (65) 99237-4188

Regional II

Polo Sinop

Gabinete 4

Telefone: (65) 3648-6120

E-mail: juizdegarantias.gab4@tjmt.jus.br

WhatsApp: (65) 3648-6120 ou (65) 9278-8146

Gabinete 5

Telefone: (65) 3648-6120

E-mail: juizdegarantias.gab5@tjmt.jus.br

WhatsApp: (65) 9255-6045

Regional III

Rondonópolis

Gabinete 6

Telefone: (65) 3648-6120

E-mail: juizdegarantias.gab6@tjmt.jus.br

WhatsApp: (65) 3648-6120 ou (65) 9278-8146

Regional IV

Barra do Garças

Gabinete 7

Telefone: (65) 3648-6120

E-mail: juizdegarantias.gab7@tjmt.jus.br

WhatsApp: (65) 3648-6120 ou (65) 9278-8146

Regional V

Cáceres

Gabinete 8

Telefone: (65) 3648-6120

E-mail: juizdegarantias.gab8@tjmt.jus.br

WhatsApp: (65) 3648-6120 ou (65) 9278-8146

Regional VI

Juína

Gabinete 9

Telefone: (65) 3648-6120

E-mail: juizdegarantias.gab9@tjmt.jus.br

WhatsApp: (66) 99215-7125

Regional VII

Tangará da Serra

Gabinete 10

Telefone: (65) 3648-6120

E-mail: juizdegarantias.gab10@tjmt.jus.br

WhatsApp: (65) 3648-6120 ou (65) 9278-8146

Secretaria Unificada

Telefone: (65) 3648-6120 ou (65) 9278-8146.

E-mail: juizdegarantias.cba@tjmt.jus.br

WhatsApp: (65) 3648-6120 ou (65) 9278-8146

Os dados também se encontram inseridos nos Canais Permanentes de Acesso, inclusive, com link para agendamento de atendimento via Bookings com cada gabinete e via Balcão Virtual com a secretaria unificada.

Assessoria de Imprensa OAB-MT

CONSTITUCIONAL

Supremo decide que advogados públicos devem ter registro na OAB

REDAÇÃO JA

O Supremo Tribunal Federal decidiu, por maioria, que é constitucional a exigência de inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o exercício da advocacia pública. O entendimento foi firmado no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 609.517, sob a sistemática da repercussão geral (Tema 936), com aplicação aos casos análogos.

O Plenário fixou tese no sentido de que a inscrição prevista no Es-

tatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/1994) constitui condição indispensável aos advogados públicos. Todavia, assegurou-se que, quando atuarem na qualidade de advogados públicos, esses profissionais ficam submetidos **exclusivamente** ao **poder disciplinar do órgão correicional competente**, conforme o regime jurídico próprio de cada instituição.

A controvérsia envolveu discussão sobre se o ingresso por concurso público seria suficiente para dispensar a inscrição na OAB, em preceden-

te relacionado à atuação de advogado da União sem registro na seccional correspondente.

Resultado: prevaleceu a divergência inaugurada pelo ministro Edson Fachin, acompanhada pelo ministro Dias Toffoli e pela ministra Cármen Lúcia, com adesões posteriores. Ficaram vencidos o relator e parte da composição, que defendiam a suficiência do vínculo estatutário e das regras disciplinares específicas da advocacia pública.



Reprodução